

Coletiva Mulheres da Quebrada: práticas de cuidados coletivos como estratégias de resistência a estruturas interligadas de opressão

The Quebrada Women's Collective: community-driven care practices as strategies for resisting interconnected systems of oppression

*Ana Beatriz Nogueira Pereira¹ 

Resumo

Este artigo é construído com base em uma tese de doutorado, fruto de etnografia realizada junto à Coletiva Mulheres da Quebrada, um movimento de mulheres localizado no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte/MG. Pretende trazer reflexões sobre como essas mulheres, diante de estruturas interligadas de poder e opressão, agenciam resistências ancoradas em uma perspectiva autodefinida e interseccional por meio de práticas de cuidados coletivos com raízes em saberes ancestrais. Esse movimento questiona as dinâmicas desiguais de poder que relegam às mulheres negras e periféricas a maior parte da exploração e sobrecarga pelo trabalho de cuidar, contrastando com a falta de cuidados vivenciada por essas mulheres. As práticas de cuidados coletivos mobilizadas por esse movimento subvertem lógicas dualistas e dicotômicas, aliviam a (sobre)carga por meio da coletivização dos cuidados e apontam para a potencialidade da democratização e politicização das práticas de cuidado, a partir de práticas localizadas, corporificadas, racializadas.

Palavras-chave: cuidados coletivos; mulheres negras; interseccionalidade; feminismo; território; periferias.

Abstract

This article is grounded in a doctoral dissertation that emerged from ethnographic fieldwork conducted with the Quebrada Women's Collective, a movement located in the Aglomerado da Serra, in Belo Horizonte, Minas Gerais state, Brazil. It reflects on how these women, living amid interconnected structures of power and oppression, mobilize forms of resistance through a self-defined and intersectional approach based on practices of collective care, rooted in ancestral knowledge. This movement challenges the unequal power dynamics that transfer the bulk of the exploitation and overburden of care work to Black and peripheral women, contrasting with the lack of care experienced by these women themselves. The collective care practices mobilized by this movement subvert dualistic and dichotomous logics, alleviating the (over)burden and calling attention to the potential for democratizing and politicizing care practices, starting from localized, embodied and racialized engagements.

Keywords: collective care; Black women; intersectionality; feminism; territory; peripheries.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN/FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3467-0691>.

Introdução

Este artigo traz o recorte de uma pesquisa etnográfica realizada entre outubro de 2020 e maio de 2024 junto à Coletiva Mulheres da Quebrada², um movimento de mulheres periféricas e majoritariamente negras que se situa territorialmente em um dos maiores complexos de vilas e favelas da América Latina, o Aglomerado da Serra, localizado na região centro-sul de Belo Horizonte/MG, fazendo divisa com bairros de classe alta e média alta. Esse território é lócus de intensas relações sociais, produção de identidades culturais, arranjos familiares e “arranjos de cuidado” (Fazzioni, 2021) próprios, em um movimento dialético entre opressões e resistências, exclusão e afirmação política, social e identitária. As pessoas organizam-se e articulam-se territorialmente de diversas formas, em relações cotidianas de vizinhança e parentesco marcadas comumente pela constituição de famílias estendidas, pelos cuidados compartilhados, pelo protagonismo das mulheres chefes de família, das “mães de criação” (Collins, 2019; Fonseca, 2002), entre outras configurações. É nessa quebrada, a partir do desejo e do encontro de Sandra Sawilza, Simone Sigale e Scheylla Bacellar, mulheres negras, artistas e lideranças que lá nasceram e viveram a maior parte de suas vidas, que se constitui a Coletiva Mulheres da Quebrada. Essas três lideranças, que compartilham trajetórias de vida semelhantes e profundos *incômodos*³ com as estruturas interligadas de opressão e com a desigualdade na produção social de cuidados, decidem se juntar com um objetivo simples e grandioso: *sentar, conversar e tentar fazer alguma coisa juntas*.

A etnografia, que embasou minha tese de doutorado, buscou compreender esse movimento de mulheres periféricas a partir de suas “estratégias, metodologias e práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivos” (Pereira, 2024, p. 59) e seus efeitos sobre as trajetórias de vida das mulheres que dele fazem parte. Tais práticas de cuidados coletivos são construídas sob uma perspectiva territorializada e autodefinida (Collins, 2016, 2019) e são voltadas à emancipação das mulheres negras e periféricas e à busca pela transformação das estruturas de poder e opressão interseccionais, sobretudo aquelas atravessadas por constructos de raça, classe, gênero e territorialidade. O movimento questiona e desafia as dinâmicas desiguais de poder que estabelecem e naturalizam posicionalidades relacionais dualistas – racializadas e generificadas – entre quem **deve** cuidar e quem **pode** receber cuidados, produzindo novos marcos políticos, conceituais e epistemológicos a partir da perspectiva situada dessas mulheres. A Coletiva parte de questionamentos sobre as estruturas que exploram mulheres negras e periféricas, sobrecarregadas com o ônus de *cuidar de todos o tempo todo* – de suas famílias, de comunidades e fora de casa, em seus ofícios precarizados, invisibilizados; e da situação de mulheres negras e periféricas que não encontram condições sociais para o cuidado de si ou para receber cuidados. As lideranças da Coletiva agenciam, então, práticas de cuidados coletivos, tendo como eixos centrais de suas narrativas *o cuidado e o afeto*. Destacam-se atividades voltadas ao cuidado em saúde mental, como redes de atendimentos psicológicos gratuitos e continuados; encontros em roda voltados exclusivamente a mulheres; espaços seguros de acolhimento, fala e escuta; atividades que trabalham a corporalidade e o movimento como forma de autoconhecimento e

² Por vezes me referirei a ela apenas como “Coletiva”.

³ Opto pelo uso do itálico nas citações de trechos de entrevistas, trechos de falas públicas, e no uso, ao longo do texto, de palavras, expressões e termos utilizados pelas minhas interlocutoras de pesquisa.

cuidado de si – através da dança e do teatro, por exemplo. Tais práticas buscam subverter algumas dinâmicas desiguais de poder, a partir de suas bases, inspiradas pelos saberes ancestrais de outras mulheres, como suas tias, mães e avós, que, mesmo não alcançadas pelas pautas do feminismo hegemônico, sempre se articularam e agenciaram cuidados em defesa de outras, como estratégias de sobrevivência em meio a processos de vulnerabilização e subjugação.

1. Meu encontro com a Coletiva e alguns aspectos metodológicos

Minha pesquisa etnográfica teve início em 2020, no auge da pandemia de Covid-19, que dizimou centenas de milhares de vidas no Brasil e intensificou violências e desigualdades sociais históricas e estruturais. Esse também foi um período de intensas restrições aos encontros presenciais e da difusão de informações e contatos por meios virtuais. Conheci a Coletiva através de uma *live*⁴ na qual Scheylla Bacellar, uma de suas fundadoras, falava sobre uma iniciativa que ela e outras mulheres estavam fazendo no Aglomerado da Serra. Scheylla mencionava o aumento do adoecimento físico e mental das mulheres, insegurança alimentar, desemprego, casos de violência doméstica. A Coletiva, naquele momento, ainda estava se constituindo enquanto um movimento, com ações de distribuição de cestas básicas e uma rede de atendimentos psicológicos gratuitos para as mulheres do território. Naquele momento eu estava delineando um projeto de pesquisa de doutorado e, pouco tempo depois, procurei a Coletiva com uma proposta de pesquisa e de colaboração ativa junto ao movimento.

Em conversas iniciais, elas me apresentaram a equipe e as atividades que aquele grupo vinha realizando, e logo comecei a participar das reuniões e de grupos virtuais em aplicativos de mensagens, alguns restritos à equipe de gestão, e outros mais amplos, com centenas de mulheres do território. Aos poucos fui me familiarizando com o território e aprendendo a lidar com algo que atravessou todo meu processo de pesquisa: o lugar da diferença. Diferença racial, pois sou uma mulher lida socialmente como branca; de classe, pois, embora tenha nascido em uma pequena comunidade rural de classe baixa, no interior de Minas Gerais, atualmente ocupo um lugar social considerado de classe média, marcado principalmente pela formação acadêmica conquistada por meio de políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil; e de território, pois até aquele momento eu tinha tido pouco contato com territórios de favela como o Aglomerado da Serra, vivendo em um bairro de classe média desde minha chegada a Belo Horizonte, dez anos antes. Durante a etnografia, esse lugar da diferença produziu alguns tensionamentos, pois evidenciava privilégios e opressões desiguais, mas também abria possibilidades para o encontro, para o estabelecimento de alianças (Lorde, 2015) e pontes (Anzaldúa, 2021).

A Coletiva Mulheres da Quebrada possui uma frase-lema, reafirmada constantemente junto a todas as mulheres que se somam na construção do movimento: “*Não precisamos ser amigas, mas precisamos ser parceiras*”. Percebemos também, juntas, que não precisamos ser exatamente iguais para ser parceiras. Fui acolhida pelas lideranças da Coletiva como pesquisadora e como parceira, e esse duplo lugar me acompanhou

⁴ As chamadas *lives*, muito comuns durante a pandemia de Covid-19, são uma espécie de evento em meio virtual, que pode ser transmitido via redes sociais ou outros canais, onde uma ou mais pessoas falam sobre um tema ou apresentam alguma peça artística, por exemplo, possibilitando o acesso virtual a múltiplos conteúdos por pessoas de diversos lugares, remotamente.

durante toda a etnografia. Utilizo na tese a ideia de ‘pesquisa-parceria’ como uma tentativa de dar sentido ao estabelecimento de uma relação de pesquisa comprometida com a produção de conhecimento científico, tanto quanto com o engajamento político-afetivo com o movimento de mulheres junto ao qual a pesquisa se constrói. Os lugares de pesquisadora e de colaboradora, parte do movimento, estão a todo tempo articulados, misturados. A etnografia junto às mulheres da Coletiva acontece em um processo de imersão cotidiana, colaboração com as mais variadas tarefas e atividades do movimento e afetação mútua, que marcaram todo o processo de pesquisa.

A etnografia pode ser dividida em dois momentos principais. Entre 2020 e 2021, a pesquisa se deu majoritariamente de modo virtual, com algumas incursões presenciais a campo. As atividades principais deste período consistiam no acompanhamento e produção de atas de reuniões online da equipe de gestão, participação em grupos virtuais em aplicativos de mensagens, apoio na escrita de projetos, na elaboração de textos, participação em ações no território, como colagem de cartazes e entrega de cestas básicas. Já entre 2022 e 2024, a pesquisa se pautou em observação, participação, registro e colaboração com os encontros predominantemente presenciais, como rodas de conversa, oficinas de dança, manifestações políticas nas ruas da cidade, festas e celebrações, bazar mensal, atividades de limpeza e organização do espaço físico. Na fase final da pesquisa, entre janeiro e abril de 2024, foram realizadas oito⁵ entrevistas individuais, semiestruturadas, gravadas e transcritas, com autorização e solicitação expressa por parte das interlocutoras pela visibilização de suas identidades e nomes reais. As entrevistas foram realizadas com lideranças fundadoras, psicólogas voluntárias e mulheres atendidas pelas ações da Coletiva, e lançaram foco nas trajetórias de vida de mulheres em relação às ações de cuidado coletivo deste movimento.

Como veremos adiante, a etnografia junto à Coletiva Mulheres da Quebrada, com enfoque sobre práticas de cuidados coletivos sob uma mirada interseccional, contribui com a politização, territorialização e racialização do debate sobre os cuidados, ampliando o próprio conceito de cuidados a partir da perspectiva de mulheres negras e periféricas, auto-organizadas em um movimento.

2. Cuidados e interseccionalidade

Fisher e Tronto (1997 *apud* Tronto, 2007, p. 287) definem cuidado, na perspectiva humana, como “uma atividade própria da espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso mundo para que possamos viver nele da melhor maneira possível”. Essa clássica definição, ampla e elástica, possui bases filosóficas e sociais ancoradas em um contexto histórico de ampliação das teorias críticas feministas – brancas e centradas no norte global – em torno do conceito de “*care*” e sua ascensão enquanto categoria científica. Trata-se de um ponto de partida analítico para pensar sobre os aspectos éticos e políticos do cuidado e em como seus desdobramentos se refletem em teorias sobre uma “ética do cuidado” capaz de quebrar dicotomias relacionadas a desigualdades e opressões de gênero, como público/privado e trabalho produtivo/reprodutivo. Tronto (2007) defende que a ética do cuidado seja levada ao campo da política, orientando ações institucionais, democratizando e politizando o

⁵ Este artigo se atém às entrevistas realizadas com as três lideranças fundadoras da Coletiva Mulheres da Quebrada. Para um aprofundamento sobre as trajetórias de vida das interlocutoras desta etnografia, ver Pereira (2024).

conceito e as práticas de cuidado. Essa ideia aponta para um entendimento do cuidado como direito social, que deve ser valorizado e garantido também por instituições públicas e tomado como uma corresponsabilidade de toda a sociedade.

Esse caráter aberto e polissêmico da clássica definição de cuidado, que parece englobar uma infinidade de aspectos e possibilidades de sustentação, manutenção e reparação da vida e do nosso mundo, possui, segundo Puig de la Bellacasa *et al.* (2023), uma “abertura especulativa” que nos interessa para lidar com um mundo instável, carregado de ambiguidades, contradições, incertezas, tensionamentos. Abertura especulativa que deve permitir a necessária complexificação, racialização e territorialização dessa discussão. Deve estar comprometida com a inseparabilidade da noção de cuidado e de suas práticas, realizadas por sujeitos históricos, localizados socialmente, atravessados por relações de poder.

As práticas de cuidados coletivos agenciadas pela Coletiva Mulheres da Quebrada evidenciam o caráter ambivalente dos cuidados, que, por um lado, podem explorar e sobrecarregar, e, por outro, quando coletivizados, aliviar a carga. Ao questionar as dinâmicas desiguais que relegam às mulheres negras e periféricas a maior sobrecarga pelos cuidados de suas famílias, comunidades e como trabalhadoras precarizadas, ao passo que experimentam a ausência de cuidados e de condições para o cuidado de si, a Coletiva chama a atenção para a necessidade de uma politização e democratização dos cuidados a partir de uma perspectiva crítica de mulheres negras periféricas. A interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins, 2019; Crenshaw, 2002), nesse sentido, se mostra uma importante ferramenta teórico-metodológica que nos permite analisar as estruturas sociais de forma articulada, entendendo a intersecção como algo que forja experiências particulares em contextos específicos, produzindo não apenas identidades, mas situando perspectivas epistemológicas (Collins, 2019). A mirada interseccional não hierarquiza opressões, mas visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural e, portanto, analítica do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. A politização do debate dos cuidados a partir da mirada de mulheres negras – como a base econômica e laboral da sociedade – complexifica o debate em um campo de conhecimento protagonizado historicamente por mulheres brancas de classe média, evidenciando que as dinâmicas nas atividades de cuidar produzem, de um lado, privilégios e, de outro, opressões, exploração e sobrecargas.

Autoras como Lélia Gonzalez (2020) possuem contribuições fundamentais sobre a produção dos cuidados na sociedade brasileira a partir de marcadores de raça, classe e gênero, chamando a atenção para a experiência de mulheres negras. Excluídas dos processos de ampliação do acesso das mulheres no mercado de trabalho, com a feminização de alguns setores, como o de serviços, às mulheres negras restou a perpetuação de uma lógica calcada nas dinâmicas da sociedade escravocrata brasileira, sobretudo em trabalhos domésticos, precarizados e exaustivos. A emancipação das mulheres brancas, com sua entrada no mercado de trabalho, tem se sustentado, na sociedade brasileira, no trabalho desempenhado pelas mulheres negras, que limpam suas casas e cuidam de suas crianças, em longas jornadas de trabalho e, não raro, privação do tempo e condições para a própria convivência familiar, cuidado de si e de sua própria família. Lélia chama a atenção para o fato de que os movimentos feministas são formados majoritariamente por mulheres brancas de classe média, pautados por uma sistemática “denegação do racismo”. A relegação das mulheres negras aos serviços domésticos, segundo Lélia, evidencia o problema das jornadas exaustivas, sempre

voltadas aos cuidados com o outro, sejam os patrões e suas famílias, sejam seus próprios filhos e membros de suas comunidades. Nessa dinâmica, não há tempo ou condições suficientes para o cuidado de si, descanso e lazer. São cruelmente naturalizados o cansaço e a função exaustiva das mulheres negras de cuidadoras, empregadas domésticas, mulheres fortes que cuidam de todos e aguentam todo e qualquer tipo de trabalho, dor e sofrimento.

As experiências das minhas interlocutoras de pesquisa apontam para o fato de que o território onde vivem é também um marcador social que produz e intensifica as vulnerabilidades, com a negação do acesso a direitos humanos fundamentais, como condições dignas de moradia, lazer, saneamento básico, transporte, emprego, educação, saúde. Elas relatam que as condições dos centros de saúde nas vilas do Aglomerado da Serra são muito mais precárias do que em outros bairros. A ambulância muitas vezes se recusa a *subir o morro* para atendimento de urgências, fato que, não raro, pode ser a tênue linha entre vida e morte no território. Faltam médicos especializados, as queixas são tratadas de forma genérica, com frequentes prescrições de medicação inadequada. Nos centros de saúde do Aglomerado, há um número insuficiente de psicólogos e psiquiatras, os quais frequentemente se recusam a permanecer. Há relatos de que as escolas públicas *na quebrada* são mais precárias do que em outros bairros. É frequente que as moradoras do aglomerado ocultem seus verdadeiros endereços em entrevistas de emprego para ampliar as chances de serem contratadas. Serviços e aplicativos de entrega e transporte constantemente excluem ruas e becos da favela de sua área de cobertura. As principais empresas de internet Wi-Fi não chegam ao território e as pessoas são excluídas também do mundo digital, impossibilitadas de exercerem atividades de trabalho ou estudos remotos. É comum ouvirmos no Aglomerado da Serra falas sobre *ausência do Estado*. As lideranças da Coletiva, ao se articularem politicamente no sentido de exigir dos Poderes Executivo e Legislativo posicionamentos e ações em relação à precariedade dos serviços públicos, se dizem *cansasadas de fazer o papel do Estado, sempre ausente na favela*, fazendo-se presente majoritariamente na figura violenta da polícia militar.

O sofrimento e os processos de vulnerabilização da vida das mulheres que constituem a Coletiva Mulheres da Quebrada, foco da análise desta pesquisa, são continuamente produzidos pelas estruturas e práticas de uma sociedade patriarcal, capitalista, racista, colonial, marcada pela feminização e racialização da pobreza e do trabalho de cuidado. Uma importante estratégia das mulheres negras na luta contra as opressões sofridas por elas, por suas famílias e comunidades, como aponta Patricia Hill Collins (2019), são formas de “ativismo” que passam por articulações em redes, muitas vezes silenciosas e passando ao largo de movimentos sociais e políticos organizados, mas dentro de suas comunidades, na luta por melhores condições de vida para os seus. Essas mulheres, muitas vezes anônimas, são o “sustento moral e a subsistência de suas comunidades” (Gonzalez, 2020, p. 40) e famílias, tendo ainda um importante papel no ativismo social e nas lutas sociopolíticas, integrando tanto movimentos de libertação das mulheres quanto o movimento negro.

Partindo do pressuposto de que as “categorias analíticas feministas devem ser instáveis”, pois “teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (Harding, 2019, p. 99), proponho uma abordagem das categorias e identidades agenciadas nesse contexto etnográfico de forma situada, e não como fixas ou naturalizadas. Quando falamos das

“mulheres” que animam a Coletiva Mulheres da Quebrada, que confrontam as opressões sofridas por “mulheres negras periféricas” nas dinâmicas sociais e se propõem a contrapor-se às lógicas estruturais a partir de um espaço de acolhimento, cuidado e afeto feito “por mulheres” e “para mulheres”, compreendemos a complexidade das representações sociais relacionadas ao gênero – articuladas com outras categorias tão importantes quanto. Portanto, é relevante dizer que o uso do termo “mulheres” neste artigo parte primeiramente da mobilização que as minhas interlocutoras fazem desta palavra enquanto uma categoria política, que marca um lugar social circunscrito de gênero articulado com outras categorias como raça, classe e território, produzindo assim uma experiência e perspectiva localizada (Haraway, 2009). *Mulheres periféricas*, ou *mujeres da quebrada*, descreve um lugar social que pode demarcar distâncias e diferenças, em relação, por exemplo, aos homens periféricos, ou às mulheres brancas de classe média. É o lugar a partir do qual elas vivem, falam, se movimentam e buscam promover transformações estruturais.

Categorias instáveis e relacionais como gênero, classe, raça, território (*a quebrada*), que estruturam experiências situadas e perspectivas diante do mundo, podem produzir identidades políticas e sociais, a partir das quais os sujeitos reivindicam lugares, direitos, reconhecimento, transformações. Quando pensamos em um movimento constituído por mulheres negras e periféricas, articuladas politicamente a partir de um posicionamento contrário a um “sistema de opressões interligadas” (Collins, 2016, p. 108), vislumbramos os agenciamentos das categorias e identidades em favor de um desejo de transformação social feminista e antirracista.

As mulheres que constituem a Coletiva são diversas e estão inseridas em sistemas articulados marcados por sexism, racism, elitism e outras opressões interligadas. São sistemas construídos histórica e socialmente e que definem a produção dos sujeitos e suas posicionalidades, mas também orientam suas resistências, em redes de relações de poder, trabalho, afeto, cuidado, entre outras. Assim como a categoria mulher estrutura uma determinada forma de existir no mundo, quando articulada nesse contexto, as *mujeres da quebrada* estão conscientes das opressões às quais estão submetidas e se valem dessas categorias para agenciar suas lutas coletivas por autodefinição e empoderamento (Collins, 2019). Minhas interlocutoras-parceiras ensinam que ser mulher negra favelada (periférica, da quebrada) lhes confere experiências particulares, muitas delas dolorosas e traumáticas, mas também lhes confere potencialidades e pontos de vista epistemológicos próprios e bastante ricos (Collins, 2016; Kilomba, 2019), e é nessa base que se constrói o movimento *Coletiva Mulheres da Quebrada*.

A seguir, apresento uma breve história do processo de constituição desse movimento, que tem como personagens⁶ principais as três lideranças mencionadas anteriormente, Sandra Sawilza, Simone Sigale e Scheylla Bacellar, artistas e ativistas do Aglomerado da Serra que se juntam compartilhando *incômodos* e a vontade de *fazer alguma coisa*.

Scheylla Bacellar se apresenta enquanto uma mulher cisgênero, preta, e no momento da pesquisa tem 36 anos. É dançarina, agente cultural e arte educadora, profissional autônoma. Não é casada, mas no momento da pesquisa está em um relacionamento com um homem transgênero. Sandra Sawilza se apresenta enquanto uma mulher cisgênero, preta, tem 43 anos, é atriz de teatro e funcionária pública. É

⁶ Utilizo a ideia de “personagens” como uma referência ao fato de que as três lideranças são artistas de teatro, dança, performances e outras linguagens.

casada com um homem cisgênero, possui três filhos e um neto. Simone Sigale se apresenta como mulher cisgênero, preta, tem 44 anos, é produtora cultural. Irmã de Sandra, também é casada com um homem cisgênero e possui dois filhos. Todas nasceram, cresceram e vivem no Aglomerado da Serra, são artistas, ativistas e lideranças comunitárias desde a adolescência. São filhas e netas de mulheres negras que de formas diversas, por décadas, se articularam em ações isoladas de cuidados e suporte a mulheres do território. Em 2018, as três começaram a se movimentar juntas e foram agregando outras mulheres no que hoje conhecemos como Coletiva Mulheres da Quebrada.

3. “Tá acontecendo um burburinho ali”: a Coletiva Mulheres da Quebrada

3.1 Primeiro ato: um incômodo

“Era um incômodo...”, começa Sandra explicando o que sentia desde o início dos espetáculos junto a um grupo de *teatro de favela* do qual participava, que abordava temas sensíveis como violência doméstica, adoecimentos mentais e solidão de mulheres negras. Esse incômodo, além de revelar as opressões vivenciadas pelas mulheres com as quais interagiam no território durante as peças, tinha a ver com a necessidade de fazer algo a partir disso, para além de um espetáculo onde feridas eram apenas tocadas, mas não curadas.

E a gente, nesses movimentos em que a gente acaba um espetáculo, tem um tanto de mulher chorando, querendo conversar, querendo contar para gente. E a gente faz o que com isso? Porque você abre, você dá gatilhos ali num espetáculo em muitas mulheres, depois você vai embora e a gente que estava fazendo aquilo todos os dias. [...] Mas isso me incomoda como pessoa, como ser humano... eu pensava, olha essa consciência que você está abrindo, está mexendo com gatilho de um tanto de gente. Para montar os espetáculos, a gente fez várias rodas de conversa, conhece várias realidades diferentes, a gente tem a oportunidade de construir, de curar juntas. A gente falou das nossas dores para depois construir alguma coisa. E elas não, elas não estavam tendo essa oportunidade. A gente só estava abrindo isso nos espetáculos... (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso).

Essa vontade de *fazer alguma coisa* chegou junto do que, paralelamente, no mesmo território, Scheylla Bacellar havia iniciado em 2018, com um pequeno grupo de mulheres e apoio de amigas psicólogas. Elas faziam encontros semanais em suas casas com o intuito de promover um espaço em que pudessem falar de si, suas dores, desejos, vivências, um espaço exclusivo de mulheres, vizinhas, amigas, conhecidas, o pequeno movimento que elas nomearam *Gotas de Cuidado*⁷.

⁷ O nome Gotas de Cuidado veio de Suely Virgínia, psicóloga e terapeuta, amiga próxima das fundadoras da Coletiva, que faz uma referência às gotas dos florais utilizados em algumas terapias, para pensar o movimento que Scheylla estava iniciando com as psicólogas nesses pequenos encontros, voltados ao cuidado com a saúde mental das mulheres.

As experiências de Simone, Sandra e Scheylla enquanto lideranças, artistas e referências culturais no território, articuladas aos incômodos e demandas que recebiam, foram importantes na transformação da vontade de fazer alguma coisa em um projeto e na obtenção de recursos financeiros para executá-lo por meio de um edital da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O projeto consistia na realização de *encontros em roda*, voltados para mulheres do Aglomerado da Serra, valendo-se de diversas linguagens artísticas, articulados com debates conduzidos por psicólogas e lideranças sobre as experiências situadas dessas mulheres.

Os 24 encontros do projeto *Mulheres da Quebrada* aconteceram no Centro de Referência da Assistência Social Marçola (CRAS Vila Marçola), com cerca de 30 mulheres, às quintas-feiras à noite, e tinham duração máxima de duas horas. Os encontros eram pautados em “*saúde mental, empoderamento e autoestima de mulheres negras, autocuidado e autoaceitação de seus corpos e trajetórias*” (Coletiva Mulheres da Quebrada). A ideia, segundo Sandra Sawilza, era juntar a arte e o conhecimento daquelas mulheres, em momentos mediados por psicólogas ou conduzidos por alguma mulher do território que fosse referência em práticas artísticas e culturais. Por estratégias articuladas pelas lideranças, esses momentos tinham como mote a realização de alguma atividade específica, como oficinas de tranças, dança, samba, percussão, rodas de conversa com psicólogas, mas proporcionavam às mulheres um espaço para falar sobre suas dores, sofrimentos, violências, sobrecargas, bem como seus sonhos, potencialidades e desejos de transformação social. “As intervenções artístico-culturais revelaram importantes meios para que as participantes compartilhassem suas angústias, sonhos, potencialidades, dores, violências sofridas e trajetórias de vida” (Coletiva Mulheres da Quebrada).

Assim que a gente chamou, lotou, a mulherada chegou. E muitas falaram, deixa eu ir lá ver o que que está acontecendo. Tá acontecendo um burburinho ali. Era uma que falava para a outra e a cada dia os encontros aconteciam mais. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso).

O burburinho que estava acontecendo ali, entre essas mulheres, parece ter tido um efeito muito maior do que as idealizadoras haviam previsto.

Esses encontros eram dentro de um edital. Ele tinha data para começar e tinha data para finalizar, e acabou no final de 2019. A gente já estava avisando as mulheres que os encontros iam acabar, que podia ser o último encontro. Até que a gente fez o último encontro, já tinha finalizado o edital no CRAS e aí a gente foi para o centro cultural Vila Fátima e fez o último encontro lá. E foi bonito demais! Assim, foi quem topou e acabou que várias mulheres diferentes toparam. E foi lindo, todo mundo chorou nesse dia, foi mais um dia de choro, mais um! E foi maravilhoso. Só que nesse dia as mulheres já falavam com a gente, ‘não pode acabar, a gente não aceita acabar’. (Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso).

Sandra explica que quando comunicaram que o projeto se encerraria, “*aquelas mulheres não permitiram voltar atrás e as convidaram a manter esse trabalho*”. Nesse momento, as fundadoras começam a entender que o fim do projeto *Mulheres da Quebrada* começa a consolidar algo maior, a *Coletiva Mulheres da Quebrada* enquanto um movimento. A Pandemia de Covid-19 teria um papel fundamental nessa virada.

3.2 Segundo ato: uma responsabilidade

É como se tivesse tirado uma venda. É isso. Não tem como você colocar a venda de novo e seguir. Não tem como. A gente mexeu num lugar da gente e de outras pessoas, que é existir a partir de um movimento. Quando uma mulher preta se movimenta toda essa estrutura também está se movimentando, e ela foi movimentada. E aí como é que você vai voltar isso aqui? Como é que você vai tampar a visão dessas pessoas, que já viram, que é junto que a gente consegue. No movimento. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso).

Com o encerramento do projeto cultural, veio o reconhecimento de uma responsabilidade, por parte das lideranças, para com o efeito que produziram naquelas mulheres do território. A *venda* que foi tirada dos olhos dessas mulheres estava ligada a uma percepção de que elas fazem parte de uma estrutura social desigual de poder que se vale da exploração do trabalho das mulheres negras e periféricas para se sustentar. Elas começam a perceber que seu sofrimento não é meramente individual, mas compartilhado, continuamente produzido pelas estruturas desiguais e interligadas de poder e opressão.

Simone, Sandra e Scheylla perceberam que deveriam continuar *fazendo alguma coisa*. O movimento iniciado por elas para lidar com seus incômodos havia se tornado algo maior do que o previsto, maior do que um projeto. Mas elas não teriam muito tempo para refletir sobre isso, pois apenas um mês após a conclusão do projeto teve início a pandemia de Covid-19.

Em março veio o COVID⁸ e a partir disso tudo fechou, a partir disso tudo aconteceu. Eu acho que a Coletiva talvez tenha começado a nascer aí. Já não existia edital, não tinha nada que nos exigisse que a gente fizesse encontro, que a gente se organizasse, era o momento de entregar o trabalho e prestar conta para a prefeitura sobre aquele edital. Mas as demandas começaram, muitas demandas começaram a aparecer, todo tipo de demanda. Além do adoecimento mental, que pipocou em várias mulheres, tinha também a questão da alimentação, a questão dos insumos que a gente começou a receber. E de repente começamos a fazer uma corrente: pedimos ajuda aos nossos amigos, esses amigos foram passando para outras pessoas. E as coisas começaram a acontecer, começaram a chegar algumas doações. Percebemos que era necessário alguém no meio caminho. Tinha gente precisando, tinha gente disposta a doar. Falamos, estamos aqui, vamos fazer! Começamos a fazer esse pequeno movimento que cresceu rápido. De 30 mulheres que estavam nos encontros do projeto [em 2019], foram a 200, quase mil pessoas no cadastro para receber as cestas básicas [em 2020]. Mas foi muito importante. Eu acho que a Coletiva enquanto movimento começou nesse lugar. Essa rede Coletiva começou a acontecer aí. (Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso).

⁸ A Covid-19, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, tornou-se conhecida em dezembro de 2019, quando os primeiros casos de uma pneumonia ainda desconhecida foram identificados em Wuhan, na China. A doença rapidamente se espalhou pelo mundo, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a pandemia em 11 de março de 2020. A pandemia de Covid-19 causou milhões de mortes e infecções, levando os países a estabelecerem medidas drásticas de isolamento e distanciamento social, quarentenas, restrições de deslocamento e viagens, uso obrigatório de máscaras e álcool 70%, cancelamento de eventos e atividades presenciais, dentre outras ações com a intenção de conter o avanço do vírus, com alta transmissibilidade e taxa de mortalidade, especialmente para pessoas idosas e com comorbidades.

Com a pandemia, vieram seus efeitos sociais em cadeia, como o aumento do desemprego, a paralisação de serviços públicos, creches, escolas, serviços de assistência social e a precarização de serviços de saúde. As três lideranças passaram a receber inúmeras demandas por *ajudas* diversas, como alimentos, roupas, utensílios domésticos, gás de cozinha, apoio no acesso aos auxílios emergenciais (em níveis municipal, estadual, federal), entre outras coisas. Muitas mulheres do território ficaram sem trabalho e renda, com as crianças em casa, sem escola e muitas delas em condições bastante precárias de insegurança alimentar. Nesse momento, houve uma forte e imediata movimentação da Coletiva, na tentativa de atender às demandas mais básicas e urgentes relacionadas à sobrevivência, e então o que era um projeto foi se transformando em algo maior.

A Coletiva Mulheres da Quebrada assumiu um caráter de *movimento social* em um contexto de crise aguda. As lideranças articularam uma rede de doações, recebidas de fontes diversas, organizada por elas, que fazia a intermediação e distribuição. O trabalho consistia, geralmente, em realizar campanhas para arrecadação de fundos para doações, receber e distribuir *kits higiene*, *kits de dignidade menstrual*, *vale-gás*, roupas, acessórios, móveis, cobertores, agasalhos e outros.

Paralelamente à distribuição das doações, naquele momento realizada ainda em espaços improvisados, sem uma sede e recursos para a manutenção de atividades básicas da Coletiva, as lideranças articulam uma rede de atendimento psicológico gratuito e continuado, com o apoio de voluntários. Essa rede foi mobilizada para atender às demandas crescentes por atendimento psicológico, enquanto problemas de adoecimento mental das mulheres do território se intensificavam com os efeitos da pandemia. A antiga ideia do *Gotas de Cuidado* se concretiza, então, como uma frente de atuação da Coletiva, a partir da mobilização e da sensibilização social do período inicial da pandemia, e se consolida com o atendimento anual contínuo de dezenas de mulheres nesse período por profissionais de diferentes partes do Brasil.

É uma responsabilidade que a gente conquistou, mas que a gente não idealizou isso. Aconteceu. De repente você vira uma referência. Construímos a ideia de que aqui é um lugar onde você consegue transformar a sua vida, melhorar sua vida de alguma forma. E que é de dentro para fora, não é de fora para dentro, é de dentro para fora. Então, assim, se acontecesse com uma já seria lindo, e daí de repente acontece com várias, inclusive com a gente, então não, não tem volta. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso).

Foram se agregando ao movimento, ainda em 2020, outras mulheres colaboradoras, que passaram a apoiar as lideranças nas atividades relacionadas ao recebimento e distribuição das cestas básicas, ações de comunicação nas redes sociais, além das psicólogas voluntárias que articulavam o *Gotas de Cuidado*. O trabalho da Coletiva passava pela complexa articulação de uma rede que envovia doadores de cestas básicas, cadastramento de mulheres para recebimento das doações, mobilização de parcerias com outras redes e coletivos do Aglomerado da Serra, além da gestão de dezenas de psicólogos⁹ voluntários.

⁹ Os atendimentos só aconteciam após avaliação da Coordenação da rede Gotas de Cuidado e desde que os profissionais voluntários atendessem a uma série de critérios, como o registro profissional no CRP.

Com a ampliação de seu escopo de atuação e alcance, deu-se início a um processo de institucionalização formal¹⁰. A Coletiva se torna uma importante referência em práticas de cuidados no território, como atendimento socioassistencial e atendimento psicológico, para mulheres do Aglomerado da Serra. Suas movimentações geraram grande visibilidade na mídia local, nas redes sociais e sobretudo no território. Praticamente todo mundo *na quebrada* sabia quem eram as lideranças da Coletiva e que, se alguma mulher precisasse de ajuda, sabia que ali poderia encontrar. Não raro, os próprios Centros de Saúde e de Referência em Serviço Social encaminhavam pessoas informalmente para a Coletiva Mulheres da Quebrada, para receberem cestas básicas ou atendimento psicológico. Nesse momento, houve a percepção da equipe de que a Coletiva passou a desempenhar uma função de *braço informal do Estado*, promovendo, sem recursos e a partir de trabalho voluntário de mulheres, práticas de cuidado, recebendo e tentando acolher os mais diversos tipos de demandas.

Sabe-se que o Estado, fazendo-se ausente na favela – a partir de agenciamentos que lhe são característicos (Fernandes, 2021) –, beneficia-se da precarização, da informalidade e dos serviços prestados de forma voluntária e não remunerada pelas mulheres, lideranças locais, dispostas a cuidar de sua comunidade. Nesse contexto, as lideranças da Coletiva perceberam que “*não era possível dar conta de tudo*” o que chegava ali, “*não dava para cuidar de tudo e de todos o tempo todo*”.

3.3 Terceiro ato: uma sobrecarga

No período de março de 2020 até meados de 2021, em que se agravavam as condições de precariedade, as lideranças da Coletiva assumiram o que chamam de *função socioassistencialista*. Elas diferenciam essas ações daquelas com enfoque em *cuidado e afeto*¹¹, que tinham iniciado nos encontros do projeto em 2019. A *frente socioassistencial*, por um lado, e a rede de atendimento à saúde mental, por outro, movimentaram diversos voluntários e se tornaram o cerne da Coletiva naquele momento. Gradualmente, as lideranças foram percebendo que aquilo se tornava um movimento social amplo de mulheres periféricas naquele território. Mas não havia muito tempo para organizar e refletir sobre esse movimento, sobre quais eram seus objetivos e limites, pois a *correria* para atender às demandas e urgências só aumentava. Elas tomavam consciência do que estavam fazendo na prática, *no corre*, e, no caso delas, a frase comumente dita era “*o corre não para*”. Não era possível voltar atrás, mas elas também não encontravam muitas formas de colocar limites no trabalho que realizavam, mesmo percebendo que extrapolavam seus próprios limites pessoais.

A essa altura, as fundadoras da Coletiva já eram grandes referências no território e passaram a receber essas demandas, relatos e desabafos em seus telefones pessoais ou abordagens diretas na rua. As estruturas e serviços públicos locais, que sempre foram precarizados, passaram a se mostrar ainda mais insuficientes no

¹⁰ Em 2021, a Coletiva se torna uma associação com personalidade jurídica, com objetivo de pleitear recursos para a manutenção e sustentabilidade de suas ações.

¹¹ Ainda que reconheçam que a entrega de alimentos seja uma prática de cuidado e seja acompanhada, muitas vezes, da escuta e do acolhimento afetivo daquelas mulheres, as lideranças da Coletiva sempre fazem uma diferenciação da entrega de doações e dos encontros de cuidado, nos quais o objetivo principal é o espaço de fala e escuta entre as mulheres. Há uma diferenciação entre um cuidado idealizado e o cuidado possível, nesse caso através do combate à insegurança alimentar e no atendimento a demandas relacionadas à saúde mental.

contexto da pandemia. Serviços locais de assistência social estavam com suas atividades reduzidas, serviços de acolhimento a mulheres em situação de violência, que já eram considerados ineficientes e permeados de violências institucionais, como racismo e sexism, ficaram ainda mais restritos. Surgiam demandas diversas e pontuais, como transporte de pessoas doentes até hospitais, acolhimento e encaminhamento de suporte jurídico para mulheres cujos filhos foram feridos ou mortos em operações policiais, entre outras demandas, muito além das possibilidades de ação delas.

Em um contexto marcado pela crise sanitária e social da pandemia de Covid-19, as lideranças da Coletiva não pararam de atender às demandas socioassistenciais de forma presencial, apesar da exposição contínua a uma possível contaminação. A questão do combate à fome e do apoio às famílias ainda mais vulneráveis nesse contexto transcendia o próprio risco. Diariamente, mais mulheres passaram a procurar a Coletiva, e, além das demandas socioassistenciais e de atendimento psicológico, percebeu-se que elas traziam um emaranhado de questões estruturais relacionadas a opressões sofridas cotidianamente. Essas questões por vezes chegavam como demandas diretas, e, outras vezes, apenas como necessidade de acolhimento ou lugar seguro para *desabafar*. Dentre essas questões estavam casos de violência doméstica (contra mulheres, crianças, adolescentes); problemas de saúde sem atendimento médico adequado, muitos deles relacionados a cargas pesadas e longas jornadas de trabalho; adoecimentos psíquicos profundos tratados geralmente com medicação excessiva; sofrimentos decorrentes da violência policial no território; casos de alcoolismo e abuso de drogas ilícitas (principalmente por homens ou adolescentes) na família; abandono por parte de companheiros e pais de seus filhos; casos de tentativas de autoextermínio, entre muitos outros.

As mulheres do território buscavam na Coletiva uma forma de apoio que não encontravam em outros serviços e estruturas do território, canalizavam nas lideranças do movimento a esperança da resolução de problemas densos e estruturais, que desembocavam nas suas experiências. As lideranças faziam a escuta e acolhiam enquanto entregavam as doações a uma fila com dezenas de pessoas. Elas estavam dispostas a cuidar das mulheres da comunidade, mas estavam cansadas e sobrecarregadas, tentando suprir diversas “ausências” do poder público, que se intensificaram durante a pandemia, enquanto as demandas e vulnerabilidades só aumentaram.

A Coletiva começa a se consolidar, aos poucos, na experimentação prática, baseada em saberes acumulados pelas três fundadoras que tinham experiência em projetos sociais diversos, e uma vasta rede de contatos, um modo de fazer as coisas. Era preciso estabelecer métodos, processos, cadastramento, critérios, para que a logística das doações funcionasse.

No primeiro momento da pandemia, houve uma intensa sensibilização social que desencadeou um maior volume de doações. A Coletiva Mulheres da Quebrada chegou a atender cerca de mil mulheres das oito vilas do Aglomerado da Serra. O volume médio, durante um período de quase dois anos, era a redistribuição mensal de 200 cestas básicas. Em 2021, a Coletiva conseguiu alugar um imóvel e passou a ter sede, um espaço fixo para a realização de reuniões, recebimento e distribuição de doações. É importante dizer que *transformar-se em um ponto de apoio socioassistencial da comunidade* nunca esteve entre os objetivos iniciais das fundadoras da Coletiva. Mas aquele grupo se tornou um movimento social de mulheres quando foi demandado a se articular territorialmente em um contexto de crise e intensificação de vulnerabilidades. Elas

perceberam que, naquele momento, seu objetivo central, que era oferecer cuidados para as mulheres do território, se traduzia no combate à insegurança alimentar e a adoecimentos psicológicos.

O momento da entrega das cestas básicas é também de *acolhimento, afeto, escuta*, ou seja, as ações socioassistenciais são entendidas como práticas de cuidados. Ao distribuir cestas especiais com frango para o Dia das Mães, ou com chocolates e espumantes no Natal, por exemplo, elas reforçam a noção de que aquelas mulheres do território não querem *apenas o básico para sobreviver*, querem viver bem, ter prazer, sentir e receber algo mais. Partem da premissa de que não é possível falar de práticas e políticas de cuidado de forma desconectada de questões estruturais, materiais e simbólicas. Evidenciam que não é possível praticar o cuidado de si quando não se tem o que comer, o que vestir, quando se sofre violência ou quando o trabalho exaustivo esgota o tempo da vida, quando não há condições e acesso a serviços de saúde de qualidade. É preciso considerar que a própria vida cotidiana dessas mulheres, atravessada por violências estruturais, produz adoecimentos físicos e mentais que minam quase todas as possibilidades de cuidar de si e ver a si enquanto sujeitos que precisam receber cuidados. “*Não queremos fazer o que todo mundo faz*”, afirma uma das lideranças ao se referir a outras dezenas de iniciativas e movimentos atuantes no Aglomerado da Serra, que fornecem doações, auxílios pontuais, mas não são pautados por *acolhimento, cuidado, afeto, escuta e construção coletiva*. A proposta delas sempre foi *fazer algo diferente* dos projetos e instituições de saúde, assistência social e atendimento psicossocial tradicionais.

A partir da sobrecarga das fundadoras da Coletiva, houve uma percepção crescente, compartilhada em reuniões ampliadas de equipe, de que a Coletiva deveria *recuar um pouco*. Não era possível continuar atendendo a todas as demandas, e tampouco conseguiam manter o lugar de intermediárias para todas as instituições e pessoas que queriam doar alguma coisa para as pessoas do território. Tudo aquilo era muito trabalhoso, e elas *não estavam dando conta*. Ainda que pudessem contar com o apoio de uma equipe de gestão ampliada, a maior parte do trabalho e das decisões da Coletiva se concentravam nas três fundadoras, que estavam adoecendo física e mentalmente, esgotadas, sobre carregadas, lidando muitas vezes com delicados problemas financeiros, pessoais, familiares, de saúde.

A partir de meados de 2022, diante da redução drástica das doações, da sobrecarga e exaustão da equipe, e do arrefecimento da crise social relacionada à pandemia, a gestão decidiu comunicar o fim das doações mensais de cestas. O foco da Coletiva voltaria a ser os encontros presenciais em formato de rodas de conversa com caráter terapêutico e os atendimentos psicológicos individuais da rede *Gotas de Cuidado*.

A Coletiva Mulheres da Quebrada consolidou-se em quase seis de anos de atuação enquanto um movimento que se articula em torno de práticas de cuidados coletivos elaboradas a partir de perspectivas de mulheres negras. Os encontros em roda tornaram-se sua metodologia principal, focada na produção de um lugar seguro de fala e escuta, como intervenções terapêuticas agenciadas coletivamente, mediadas por lideranças comunitárias e psicólogas. Nesses encontros, as mulheres encontram uma forma de acolhimento, cuidado e afeto bastante distinta daquelas encontradas em outros espaços, como sua própria casa, igreja ou serviços públicos de saúde e assistência social, locais nos quais muitas mulheres relatam sofrer sistematicamente violências verbais, descaso, silenciamento e exclusão. Na Coletiva, encontram um lugar de

pertencimento, um território seguro de cuidados e até mesmo de descanso, de promoção de saúde e bem viver, de partilhas afetivas, intelectuais. Lugar onde encontram, na fala e na escuta, outras perspectivas e formas de lidar com as opressões e situações da vida cotidiana, onde é possível quebrar silêncios, onde a saúde mental e o cuidado encontram outras linguagens e possibilidades, como a dança, o teatro, a escuta, o afeto, o abraço, o lazer, o prazer e a sociabilidade. Lugar de encontros e espelhamentos, onde conseguem se ver umas na história das outras e acessar outras possibilidades, narrativas e práticas sobre si e sobre o mundo. A frase-lema, enunciada pela primeira vez por Scheylla Bacellar, “*ser mulher, ser território próprio*”, remete à proposta da Coletiva de que as mulheres negras e periféricas se apropriem de seus corpos, seus desejos, suas memórias e subjetividades, definindo a si mesmas e emancipando-se coletivamente, subvertendo estruturas de opressão, dominação e controle sobre suas vidas. Na medida em que suas opressões são territorializadas, essas mulheres também buscam produzir cuidados territorialmente. A partir de suas práticas, as mulheres encontram caminhos na busca por autonomia, desnaturalizam as estruturas de opressão e silenciamento, questionando as bases sociais que as produzem e buscando sua transformação.

4. Quem cuida de quem cuida?

A partir de suas vivências e inspirações familiares, escolhas e agenciamentos pessoais, trajetórias artísticas e contingências como a participação em movimentos sociais religiosos e outros projetos sociais articulados em sua juventude no território, as três fundadoras da Coletiva tiveram acesso a debates feministas, aos feminismos negros, a movimentos estudantis e movimentos negros organizados na cidade de Belo Horizonte. Mesmo assim, perceberam que havia uma lacuna e uma ausência desses movimentos em relação ao seu território. Para elas, por mais que pudessem ocupar palcos de diversas cidades do país e ser bem recebidas em outros espaços com sua arte, suas vizinhas, colegas de escola, parentes e amigas do território continuavam vivenciando situações de extrema precariedade. Acionando o discurso do cuidado e questionando a lógica na qual aquelas que mais cuidam de todos são as que menos recebem cuidados, decidiram criar um movimento de promoção de práticas de cuidado e afeto, visando suprir essa ausência sentida por todas elas historicamente.

Porém, mais uma vez, a carga de trabalho de cuidado, dessa vez articulado de forma coletiva e comunitária, pesa mais nas mãos dessas três mulheres negras periféricas, que assumem uma posição de cuidadoras de sua comunidade, carregam caixas pesadas, lidam com relatos e presenciam cenas perturbadoras, sem estarem devidamente preparadas para isso. Elas trabalham em outros empregos e cuidam de suas famílias, enquanto cuidam voluntariamente do território a partir de um movimento social. A equação continua não fechando, quando pensamos que essas mulheres dedicam incontáveis horas de seus dias, semanas, seu tempo de vida, a esse trabalho de cuidado coletivo. Além do *tempo para si*, que defendem como um direito a ser acessado pelas mulheres periféricas, mas que, ironicamente, vivenciam na forma de falta, há os desafios de lidar com uma proposta que se pretende horizontalizada, mas que necessita de algumas ações e decisões centralizadas nesse núcleo, para que o trabalho prático da Coletiva continue a acontecer. A urgência para a tomada de certas decisões não permite que algumas situações sejam compartilhadas com a equipe de gestão ampliada e exige delas alinhamentos paralelos. A presença de pesquisadores, estagiários e outros

parceiros é acolhida, mas sempre negociada. É reconhecida como algo importante para o movimento, desde que trabalhada a partir de uma ética centrada nas lógicas do território. Ao me deparar com o trabalho exaustivo dessas mulheres, que cuidam de suas famílias, de outras mulheres e de todo um território, que questionam as lógicas estruturais das relações desiguais de cuidados, permanece a pergunta, que norteia a própria formação da Coletiva: quem cuida de quem cuida?

Essa pergunta remete a um nó estrutural, que, por ser tão enraizado em práticas, costumes, subjetividades, relações de poder e sentidos constituintes da nossa sociedade, torna-se um desafio de grande complexidade. A Coletiva Mulheres da Quebrada, enquanto movimento, segue apostando na saída através dos cuidados coletivos, na criação de espaços políticos e pedagógicos de transformação intersubjetiva e estrutural.

5. Considerações finais: a coletivização dos cuidados como estratégias de enfrentamento de estruturas interligadas de opressão

A Coletiva Mulheres da Quebrada estabelece práticas que desafiam e buscam transformar os sistemas interligados de opressão, fornecem perspectivas epistemológicas que podemos localizar na encruzilhada da produção intelectual de mulheres negras e na perspectiva política da interseccionalidade. Essas práticas apontam para uma coletivização dos cuidados a partir de lógicas localizadas, corporificadas, territorializadas e racializadas. Reivindicam o cuidado como um direito social, indissociável de outros direitos básicos como saúde, alimentação, educação, transporte, moradia, saneamento básico, segurança.

Podemos compreender a constituição da Coletiva Mulheres da Quebrada como uma estratégia de resistência – de sobrevivência e de busca por viver bem – às opressões sofridas sistematicamente pelas mulheres deste território. Entendendo que as opressões são territorializadas, racializadas, generificadas, as formas de resistência e contraposição possuem a mesma complexidade. Essas resistências estão centradas nas noções de cuidado e suas ambivalências. Cuidado que pode, por um lado, ser ferramenta histórica de opressão, exploração e subjugação de mulheres negras periféricas, mas também pode reparar a vida (Das, 2020) quando coletivizado. Quando articulados em práticas e narrativas políticas e pedagógicas daquelas que realizam o “trabalho duro” (Brage, 2022) que sustenta a vida e as bases econômicas (Fraser e Sousa Filho, 2020) da sociedade, os cuidados coletivos desafiam as lógicas estruturais e históricas que perpassam a produção desigual dos cuidados.

Diante da urgência em lidar com as questões particulares das experiências das mulheres negras e periféricas (sobretudo as “mulheres negras anônimas”, mães solo, chefes de família, empregadas domésticas, cuidadoras, trabalhadoras precarizadas), das múltiplas opressões e vulnerabilidades às quais estão submetidas e das potencialidades de resistência e de transformação das estruturas sociais, a Coletiva Mulheres da Quebrada constitui um espaço de “autodefinição” e “autoafirmação” (Collins, 2019) onde essas mulheres podem assumir a própria fala e se colocar enquanto sujeito no mundo, com suas experiências de dor e sofrimento, mas também seus desejos, sonhos, alegrias e potencialidades individuais e coletivas, tendo na questão do cuidado e do afeto fios condutores de discursos e práticas emancipatórias.

Esse movimento é lócus de uma intensa produção intelectual e oferece perspectivas epistemológicas (Collins, 2016) ancoradas em experiências concretas, em metodologias, estratégias e práticas cotidianas. Construções em torno dos cuidados coletivos, como as que ocorrem na Coletiva Mulheres da Quebrada, são parte de um panorama mais amplo de múltiplas insurgências políticas de mulheres negras, indígenas, faveladas, quilombolas, racializadas, trabalhadoras, produzidas a partir das margens.

A Coletiva estabelece, ancorada em saberes e tecnologias ancestrais de cuidados, suas metodologias, estratégias e práticas de cuidados coletivos, com efeitos de conscientização social e política, sobretudo a partir dos marcadores de gênero, raça e classe; produz formação crítica entre mulheres periféricas; produz efeitos de emancipação, empoderamento pessoal e coletivo pautados na autodefinição e autoafirmação. Podemos dizer, então, que tais insurgências não são totalmente novas, mas estão localizadas em processos históricos vastos, remetendo a resistências à colonização, à escravização, à subordinação de corpos, mentes, subjetividades, cosmologias, espiritualidade. A cada tempo, esses sujeitos históricos vulnerabilizados resistemativamente e constroem suas estratégias conforme suas possibilidades e contingências. Trata-se, pois, de metodologias e práticas ancestrais, reelaboradas e ressignificadas por sujeitos históricos, carregadas de inventividade e aspirações por transformações sociais, presentes e futuras. As práticas da Coletiva contribuem para a racialização e territorialização do conceito feminista de cuidados, a partir de perspectivas localizadas e corporificadas. Desta forma, produzem novos marcos políticos, conceituais e epistemológicos a partir da perspectiva situada de mulheres negras e periféricas.

A Coletiva Mulheres da Quebrada mobiliza os marcadores sociais da diferença de gênero, classe, raça e território como categorias políticas que orientam ações práticas, contradiscursos que buscam subverter lógicas e estruturas de opressão a partir das noções de cuidado e de afeto. Produzida por e para mulheres negras e periféricas, contrapõe-se às lógicas hegemônicas naturalizantes, historicamente produzidas e reiteradas ao longo de gerações, em que o cuidado é tido como uma ação unilateral, uma função social delegada a mulheres, com peso e sobrecarga maior para mulheres negras e pobres (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020), em uma estrutura social marcada por relações desiguais. A Coletiva, através de discursos e práticas organizadas, produz uma espécie de ‘território de cuidados’, onde as mulheres negras periféricas encontram condições de cuidar umas das outras, voltar-se ao cuidado de si e desafiar as dinâmicas e relações estruturais. Esse território de cuidados, além de envolver a materialidade dos encontros, se situa no campo da (inter)subjetividade. A Coletiva Mulheres da Quebrada coloca mulheres negras e periféricas no foco, no centro da política, da crítica feminista, do debate dos cuidados, como protagonistas da luta por transformações sociais.

Ao estabelecer, por meio de práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivos (Pereira, 2024), baseadas em atividades de rodas terapêuticas, espaços de acolhimento, espaços seguros de fala e escuta, estratégias diversas de autodefinição (Collins, 2019), empoderamento (Berth, 2019) e emancipação coletiva, centradas nos princípios do feminismo negro e da interseccionalidade (Collins, 2019; Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019), bem como em saberes relacionados ao cuidado como estratégias de sobrevivência e de bem viver em territórios vulnerabilizados, transmitidas entre

mulheres de diversas gerações, essas três lideranças, somadas a dezenas de mulheres, transformam uma pequena iniciativa, um tanto experimental a princípio, em um movimento organizado de amplas proporções, que produz efeitos concretos sobre o território, sobre as subjetividades e trajetórias de vida de todas as envolvidas.

Se, por um lado, a promoção de uma rede de cuidados coletivos logra aliviar a sobrecarga de muitas mulheres, cuja função social de cuidar cotidiana e exaustivamente drena seu tempo, energia e possibilidades de cuidar de si ou receber cuidados, por outro lado, nos deparamos com a sobrecarga daquelas que estão à frente desse movimento, que se colocam na função de cuidar das mulheres de sua comunidade. Uma saída possível, encontrada por essa coletividade, está no compartilhamento de funções e responsabilidades, no reconhecimento de que *não é possível dar conta de tudo*, de que, para cuidar das outras, é necessário primeiro cuidar de si. Esses cuidados podem se fazer tanto no campo individual quanto em coletivo, de forma recíproca, o que podemos chamar de ‘cuidar junto’. Tal modalidade do cuidar desafia dicotomias unidireccionais, em que determinados sujeitos sociais devem cuidar, enquanto outros podem receber cuidados; desafia também relações atravessadas por posições de poder e constructos de gênero, raça, classe, etnia, geração e outros.

Podemos compreender, a partir desta etnografia, que os cuidados coletivos não são unilaterais. O movimento “Coletiva”, sobretudo na figura de suas três lideranças principais, não almeja centralizar a função de cuidar dos outros, mas sim produzir coletivamente condições para que todas as mulheres que por ali passam, possam produzir e receber ações de cuidado, de afeto, de conscientização e organização política. A experiência da Coletiva Mulheres da Quebrada nos mostra que, quando se cuida junto, a sobrecarga pode de certa forma ser aliviada, ainda que momentaneamente e em meio a condições sociais e políticas de poder e de ação limitadas.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANZALDÚA, Glória. *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.
- BERTH, Joice. *Empoderamento: feminismos plurais*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRAGE, Eugenia. El trabajo “duro” de sostener la vida: reflexiones a partir de una etnografía con mujeres (cis) bolivianas. *REMHU – Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 30, n. 65, ago. 2022, p. 33-56. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006504>.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexism e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *Outsider Within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 99-126, jan./abr. 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*: conhecimento, consciência e apolítica do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- DAS, Veena. *Vida e palavras*: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
- FAZZIONI, Natália Helou. Nem bom, nem mau: reflexões sobre “arranjos de cuidado” materno em dois contextos de pesquisa. *[SYN]THESIS*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 18-27, 2021.

- FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 64, n. 3, p. 1-22, 2021.
- FONSECA, Claudia. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.
- FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues de. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 27, n. 53, p. 265-288, maio/ago. 2020.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-118.
- KILOMBA, Grada. Quem pode falar? In: KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 47-70.
- LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *Portal Geledés*, São Paulo, 29 maio 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- PEREIRA, Ana Beatriz Nogueira. “Sozinha eu não vou, mas juntas nós vamos” [manuscrito]: práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivos da Coletiva Mulheres da Quebrada no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte/MG. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2024.
- PUIG DE LA BELLACASA, Maria; BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú; ENGEL, Cíntia; GRECO, Lucrecia Raquel; FIETZ, Helena. O pensamento disruptivo do cuidado. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p. 1-33, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/10539>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

*Minicurrículo da Autora:

Ana Beatriz Nogueira Pereira. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2024). Pesquisadora junto ao Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidades da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisa financiada pela CAPES (Bolsa DS – Código de Financiamento 001). Email: anabeatriznp@gmail.com.

Editoras de Seção: Marcella Beraldo de Oliveira ;
Marilis Lemos de Almeida .